

# Experiência em uma instituição de abrigo

Ana Paula dos Santos  
Carla Ramos da Silva Mello  
Edinete Maria Rosa  
Mônica Rocha de Souza

## RESUMO

Este trabalho consiste em um relato de experiência em um abrigo localizado em Vitória – ES, buscando compreender o desenvolvimento psicossocial das crianças no contexto da instituição, identificando os aspectos que influenciam de forma positiva ou negativa esse desenvolvimento embasado no Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## PALAVRAS- CHAVE

Inserção ecológica, abrigo, desenvolvimento humano, criança.

## O ECRIAD E AS INSTITUIÇÕES DE ABRIGO

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECRIAD foi instituído em 1990 fundamentado nos princípios da proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente, já previsto no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Uma das grandes contribuições do ECRIAD foi a proposta da superação das práticas coercitivas destinadas às crianças e aos adolescentes em condições de riscos pessoal e social, até então nomeados “menores”, além da reafirmação da condição de sujeitos de direito.

Segundo o Estatuto, devem ser oferecidos serviços de assistência integral à criança e ao adolescente quando a família não assegura o cumprimento dos direitos dos mesmos (BRASIL, 1990). Para isso o Estado assume o compromisso de prover órgãos de apoio como os abrigos para os quais são encaminhadas crianças e adolescentes que estão expostos a vários tipos de abuso, negligência, exploração, vulnerabilidade e outras formas de violência.

No artigo 101, parágrafo único, o ECRIAD caracteriza o abrigo como uma medida de proteção provisória e excepcional, ou seja, de caráter transitório para posterior reinserção das crianças e adolescentes no ambiente familiar, não implicando privação da liberdade.

Embora o abrigo seja um ambiente temporário, pode-se observar que é freqüente a permanência do abrigado por um longo período, tornando a instituição um espaço referencial onde são estabelecidos vínculos afetivos, sociais e onde se dá a construção do seu projeto de vida, ou seja, o seu desenvolvimento. É importante ressaltar que por melhor que seja um abrigo, a criança e o adolescente nele hospedado, tem seu direito de convivência familiar e comunitária violado (SILVA, 2004).

Para Carvalho (2002) o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetiva são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo.

O atendimento, muitas vezes, pouco individualizado, padronizado, por ora estigmatizante, dos abrigos, tem por conseqüência a modificação na maneira de como as crianças e os adolescentes abrigados irão estabelecer vínculos afetivos e sociais futuramente.

## INSTITUIÇÕES DE ABRIGO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, proposta originalmente por Bronfenbrenner (1979/1996), tem sido utilizada para reconhecer os processos pelos quais o indivíduo se desenvolve inserido em um sistema de relações que sofrem intervenções de múltiplos níveis do ambiente mais próximo (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

De acordo com essa teoria, o abrigo se caracteriza como um ambiente ecológico, pois é nele que ocorrem diversas interações, influências, atividades e vivências que ativam o desenvolvimento psicossocial dos abrigados. Acompanhar, então, ecologicamente essas entidades, seria buscar compreender as crianças e adolescentes que neles residem como indivíduos em desenvolvimento influenciados pelo contexto da instituição.

A Teoria Bioecológica propõe que o desenvolvimento humano seja estudado através de quatro núcleos inter-relacionados: o

processo, a pessoa, o contexto e o tempo. Neste estudo abordaremos aspectos relacionados ao terceiro componente do modelo biológico: o contexto.

O contexto é analisado através da interação de quatro níveis ambientais: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema (BRONFENBRENNER, 1979/1996). O microsistema é o ambiente mais próximo do sujeito e pode ser compreendido pelas relações que este estabelece com seus pais ou outros cuidadores. Essas relações proximais “devem ser estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis” (DE ANTONI E KOLLER, 2000, p.349). No caso de abrigamento, as crianças “têm na própria instituição o microsistema central de seu ambiente ecológico” (SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2006, p. 72). O mesossistema é formado pela interação com outros ambientes (MAYER, 2002) ou outros microsistemas (SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2006), sendo ampliado “sempre que uma pessoa passa a frequentar um novo ambiente” (CECCONELLO E KOLLER, 2003, p.04) participando dele de forma ativa (DE ANTONI E KOLLER, 2000). No caso de abrigamento, o mesossistema “consiste nas interações entre o próprio abrigo e sua família de origem, entre a escola e o abrigo” (SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2006, p. 72) e ainda entre o abrigo e a comunidade.

Para Siqueira, Betts e Dell’ Aglio (2006) as relações desenvolvidas na transição de vários microsistemas podem agregar mais pessoas à rede de apoio social e afetiva da criança, podendo assumir o papel de fornecer apoio para ela se adaptar e superar eventos estressantes e adversos. A transição ecológica entre os microsistemas será eficaz se as interações desenvolvidas nestes contextos forem saudáveis (BRONFENBRENNER, 1979/ 1996).

Para Santana (2003) o microsistema e o mesossistema são os ambientes mais importantes para o desenvolvimento das crianças devido à proximidade das relações que são estabelecidas nesses dois níveis.

O exossistema, de acordo com Koller et al (2007), diz respeito à interação existente entre dois ou mais ambientes, nos quais o indivíduo não é um participante direto em todas as relações, mas é influenciado pelas mesmas no seu contexto mais imediato. Exemplo disso, podemos considerar como constituintes do exossistema, no que se refere aos abrigos, instituições como o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, assim como a direção da própria entidade (SANTANA, 2003; DE ANTONI E KOLLER, 2001).

Segundo Bronfenbrenner (1979/1996) o macrosistema é um sistema mais amplo que engloba o microsistema, o mesossistema e o exossistema, e corresponde a um conjunto de crenças ou ideologias comuns a uma dada cultura ou subcultura. Na situação de abrigamento, o “macrosistema é influenciado pelos seus contextos específicos, no caso, o cotidiano institucional, e também pelo contexto mais amplo, como os valores culturais” (SIQUEIRA, DELL’ AGLIO, 2006, p.72).

#### **METODOLOGIA DE TRABALHO**

Segundo Bronfenbrenner (1979/1996) o modelo teórico – metodológico da Teoria Ecológica permite a observação e a análise da influência dos diversos aspectos sobre o desenvolvimento humano. Através da observação naturalística o pesquisador pode se inserir ecologicamente no ambiente a ser estudado.

A inserção ecológica proposta originalmente por Cecconello e Koller (2003) consiste no acompanhamento de pessoas ou famílias ao longo de um determinado período e inclui visitas freqüentes, observações, conversas informais e entrevistas. Em síntese, “esse método tem como objetivo avaliar os processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão se desenvolvendo” (ESCHILETTI PRATI et al, 2008, p.161).

A inserção ecológica no abrigo ocorreu a partir do acompanhamento da dinâmica de funcionamento do mesmo, por meio de visitas, observações e conversas informais. Primeiramente buscou-se perceber e descrever aspectos como o espaço físico do abrigo, relações estabelecidas entre as crianças e seus cuidadores, além da identificação de dados referentes aos motivos de abrigamento, tempo de permanência no abrigo, registros de encaminhamento de casos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DO ABRIGO**

A instituição envolvida acolhe crianças de ambos os sexos e é um abrigo gerenciado por uma organização não governamental de caráter filantrópico, de educação popular integral e promoção social (FYAES, 2008). Além disso, o abrigo recebe contribuições de doadores espontâneos e recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Vitória. O planejamento das atividades é estruturado de acordo com um regimento interno da ONG que gerencia o abrigo com capacidade de atender até quinze crianças, abrigando atualmente treze crianças na faixa etária entre zero e seis anos de idade.

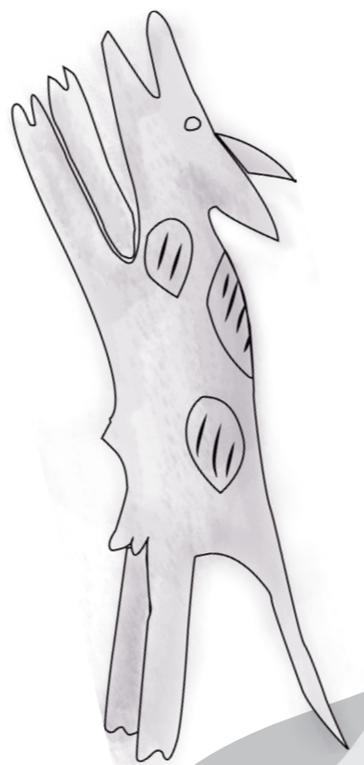
A estrutura física da instituição é bem ampla, consistindo em duas casas. A primeira casa possui: um escritório (parte administrativa), uma sala de visita, uma cozinha, uma sala de vídeo e brinquedos, um banheiro infantil, além de uma área de serviço com banheiro. Há também um espaço recreativo gramado, contendo alguns brinquedos, além de uma pequena quadra esportiva. A segunda casa é composta por quatro dormitórios e um banheiro, além de um espaço destinado aos armários coletivos das crianças.

O abrigo conta com uma equipe formada por uma coordenadora (pedagoga), uma assistente social, um psicólogo, oito educadoras sociais, duas cozinheiras, dois motoristas e duas auxiliares de serviços gerais.

As crianças são encaminhadas ao abrigo através do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e Juventude, após o recebimento da denúncia de violação dos direitos dos infantes. Os motivos de abrigamento, relatados nos históricos das crianças, são: maus tratos (21,43%), violência física (14,28%), negligência (57,14%), exploração (14,28%), abandono (21,43%) e uso/tráfico de drogas dos responsáveis (7,14%), sendo que alguns históricos relatavam como causa do abrigamento, dois ou três dos motivos citados. O encaminhamento ocorre quando as crianças estão impossibilitadas de retornar, de forma definitiva ou temporariamente, ao convívio da família de origem. Apesar do caráter transitório do abrigo, o tempo de permanência na instituição não é tão breve. Há casos de abrigamento de quase dois anos e o tempo médio de permanência é de aproximadamente um ano e três meses. Juntamente com o Conselho Tutelar, o abrigo promove trabalhos

de reinserção familiar, seja na família de origem ou família substituta. No que tange a reinserção na família de origem, o Conselho Tutelar fiscaliza os lares das crianças a fim de verificar se estão garantidas as condições para um desenvolvimento saudável, outrora ausente no contexto intrafamiliar. Já nos casos de inserção em família substituta, a parceria estabelecida é com o Juizado da Infância e Juventude do município, que informa o Abrigo sobre o andamento dos casos e sobre a possibilidade de possíveis adoções. Desde o início de nossa inserção ecológica, o abrigo promoveu a reinserção familiar de três crianças, sendo uma inserida em família substituta e duas reinseridas em suas famílias de origem. A inserção em família substituta consistiu-se em uma adoção internacional. Como o estágio de convivência com a criança a ser cumprido no território nacional pelo adotante foi breve, não foi possível o acompanhamento do processo. Também não foi possível acompanhar as duas reinserções em família de origem, uma vez que a preparação para o desligamento do abrigo se dá quando o Juizado noticia ao abrigo a possibilidade de adoção ou reinserção familiar da criança. Tal informação é transmitida em última instância à instituição, fazendo com que todo o processo ocorra bem rápido, o que impossibilitou seu acompanhamento já que as visitas e observações foram efetuadas de forma alternada.

No abrigo estudado, as famílias de origem compõem o mesossistema das crianças abrigadas. Isso porque não observamos a presença constante de familiares no abrigo desconfigurando uma relação face-a-face com as crianças, apesar de o abrigo incentivar as visitas e manter contato com elas.



Através de conversas informais foi possível identificar alguns aspectos das relações estabelecidas entre as crianças e as educadoras sociais.

O cuidado com as crianças envolve uma rotina diária de alimentação, higiene, banho, vestuário, ida à escola, medicação entre outros. As educadoras promovem brincadeiras com os infantes, além de atividades como colagem, pintura, desenhos, modelagem de massinha que fazem parte das propostas de um projeto pedagógico ainda em fase de construção. Entretanto, tais atividades nem sempre despertam a atenção das crianças, pois também são executadas no ambiente escolar. Além disso, as diferentes faixas etárias dificultam a execução de uma tarefa que atenda o desenvolvimento cognitivo de todas ao mesmo tempo.

A necessidade de relações afetivas positivas dos infantes é muito grande e isso fica bem evidente nas visitas realizadas pelas extensionistas, pois elas se mostram muito receptivas, buscam interação com as elas estabelecendo vínculos através de brincadeiras, abraços e pedidos. Esse comportamento corrobora a tese de Cecconello e Koller (2003) de que na pesquisa cujo enfoque referencial é a teoria ecológica do desenvolvimento, o pesquisador faz parte do processo proximal, portanto, mediador de processos de desenvolvimento. O abrigo procura desenvolver atividades como passeios em locais externos como o Horto de Maruípe, o Parque Moscoso, o Parque Pedra da Cebola entre outros, além de passeios pelo próprio bairro para que as crianças aprendam coisas do cotidiano e interajam com a comunidade.

## CONCLUSÕES

O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano possibilita a compreensão do abrigo como um espaço de diversas interações, vivências que podem influenciar em vários aspectos o desenvolvimento psicossocial das crianças. O acompanhamento da dinâmica de funcionamento da instituição permite avaliar e observar a proximidade das relações que são estabelecidas nos níveis ambientais do microsistema e mesossistema.

Nesta inserção ecológica no abrigo observamos aspectos positivos para o desenvolvimento psicossocial das crianças, dentre eles, o bom relacionamento entre as crianças e seus cuidadores. Estes buscam sempre interagir e atendê-las em suas necessidades compondo relações proximais favoráveis ao desenvolvimento psicológico das crianças manifestado em relações positivas de apego. Percebemos assim que, após a separação de suas famílias, as crianças abrigadas tentam encontrar outras figuras de apego em diferentes situações e contextos (ALEXANDRE E VIEIRA 2004).

Percebemos também o cumprimento dos direitos previstos no Estatuto, na medida em que o abrigo oferece serviço de proteção integral à criança, boas instalações físicas, além de promover ações de reintegração familiar, tendo em vista que o abrigo constitui uma medida de proteção provisória. Conforme Bronfenbrenner (1979/1996) o microsistema consiste em relações entre pessoas e pessoas e pessoas e objetos ou símbolos. Portanto, um ambiente que respeita os direitos e as necessidades básicas nos aspectos físicos contribui também de forma positiva para o desenvolvimento psicológico de seus habitantes.

Em nossas visitas as crianças sempre se mostraram atenciosas e buscaram interações de forma positiva. Em nenhum momento reclamaram da instituição, embora algumas relataram que a mãe voltaria para buscá-la ou ainda que gostariam de morar em outras casas. Essas falas nos chamam a atenção para o fato de que, mesmo tendo boas condições no abrigo, as crianças manifestam o desejo de voltar para a família de origem ou até mesmo serem adotadas. Alexandre e Vieira (2004) também observaram esse desejo (também-mudar de lugar) em estudo realizado com 14 crianças abrigadas com idade variando entre três e nove anos no estado de Santa Catarina. Os autores constataram que, ao contrário das famílias adotantes, as crianças que querem ser adotadas não escolhem o tipo de família, apenas desejam ser acolhidas por alguma.

A concepção de família que existe em uma dada sociedade é um exemplo de macrosistema que faz parte da vida de uma criança. Portanto, é papel do abrigo, por meio de seus educadores, refletir com as crianças a função da família evitando reforçar estereótipos e preconceitos presentes no cotidiano de nossa sociedade.

De posse de nossos resultados, concluímos que o abrigo com as características aqui apresentadas contribui de forma positiva no desenvolvimento da criança que nele reside, na medida em que possibilita ao infante o estabelecimento de relações afetivas positivas com seus cuidadores, além de ter seus direitos garantidos.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, D. T. e VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicol. estud.* [online]. 2004, vol. 9, no. 2, pp. 207-217.  
BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre

o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 de julho de 1990.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979).

CARVALHO, A. Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In LORDELO, E., CARVALHO, A. & KOLLER, S. H. (Coords.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CECCONELLO, A. M. e KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.16, n.3, 2003. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722003000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722003000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 set. 2008.

DE ANTONI, C. D.; KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicol. cienc. prof.*, mar. 2001, vol.21, no.1, pp.14-29.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2000000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 set. 2008.

ESCHILETTI PRATI, L. et al. Revisitando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 21, n.1, 2008, PP. 160-169.

FYAES 2007/2008. *Fé e Alegria: Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social* Disponível em: <[http://www.fyaes.org.br/id\\_filo.asp?mis=1&vis=1](http://www.fyaes.org.br/id_filo.asp?mis=1&vis=1)>. Acesso em 18 de set. 2008.

SIQUEIRA, A. C. e DALL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v.18, n.1, 2006.  
SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Interam. J. Psychol.* 40 (2), 149-158, 2006.

SILVA, E. R. A. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

KOLLER, S. H. et al. A percepção de adolescentes de diferentes contextos a respeito de seus próprios direitos. Projeto apresentado para edital de Ciências Humanas e Sociais do CNPQ-2007. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2007.

MAYER, L. R. Rede de apoio social e representação mental das relações de apego de meninas vítimas de violência doméstica. Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2002.

SANTANA, J. P. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2003.

